

## Direito eleitoral

### Autor(res)

Habib Ribeiro David  
Deise Lucia Da Silva  
Carine Silva Diniz  
Vamberth Soares De Sousa Lima

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

O direito eleitoral é o ramo do direito público que regula os processos eleitorais, garantindo a legitimidade das eleições e a efetividade da soberania popular. Ele abrange um conjunto de normas, princípios e procedimentos que visam organizar a escolha de representantes políticos, assegurando que o processo seja justo, democrático e transparente. Princípios fundamentais são: ser humano com práticas responsáveis, valorizar o meio ambiente, o cidadão, a educação, para um futuro melhor.

Com base nas leis das eleições, o candidato tem que prestar.

O direito eleitoral é guiado por princípios que garantem a realização de eleições justas.

Alguns dos principais são:

Soberania popular é a base do direito eleitoral, é a ideia de que o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos.

Periodicidade das eleições; As eleições devem ser realizadas em intervalos regulares, permitindo a renovação do mandato dos governantes.

Igualdade de votos; O voto de todos os eleitores.

### Objetivo

A transparência e lisura, o processo eleitoral deve ser aberto ao público, evitando fraudes.

As normas eleitorais contidas em diferentes textos institucionais, a constituição que estabelece os princípios do sistema eleitoral, como o voto direto.

O código Eleitoral (Lei nº 9.504/1997); Que normatiza os pleitos, como a propaganda eleitoral, o financiamento de campanhas e o processo de votação.

### Material e Métodos

As normas eleitorais estão contidas em diferentes textos legais e institucionais, como a constituição federal que estabelece os princípios fundamentais do sistema eleitoral, como o voto direto, secreto e universal.

O código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965); É o principal marco regulatório, dispondo sobre as regras gerais das eleições no Brasil.

O código Eleitoral (Lei nº 9,504/1997); Que normatiza aspectos específicos dos pleitos, como a propaganda eleitoral, o financiamento de campanhas e o processo de votação.

Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990); Define as condições de inelegibilidade, impedindo que o e candidatos que não cumpram determinados requisitos assumam cargos públicos.

### **Resultados e Discussão**

O direito eleitoral é guiado por princípios que garantem a realização de eleições justas.

Alguns dos principais são.

Soberania popular é a base do direito eleitoral é a ideia de que o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos.

Periodicidade das eleições; As eleições devem ser realizadas em intervalos regulares, permitindo a renovação do mandato dos governantes.

Igualdade de votos; O voto de todos os eleitores deve ter o mesmo peso garantindo que todos os cidadãos participem de maneira equitativa, todo eleitor tem o direito de votar sem coação ou interferência indevida.

### **Conclusão**

Com isso conclui-se que o direito eleitoral é um pilar da democracia, assegurando que as eleições sejam conduzidas de maneira legítima, justa, com base nos princípios fundamentais de igualdade e liberdade de voto. Ele regula todas as etapas do processo eleitoral, desde o registro das candidaturas até a diplomação dos eleitos, garantindo que os representantes escolhidos pelo povo tenham legitimidade para exercer o poder.

### **Referências**

#### **FONTES DO DIREITO ELEITORAL.**

As normas eleitorais estão contidas em diferentes textos legais e institucionais, como a Constituição Federal que estabelece os princípios fundamentais do sistema eleitoral, como o voto direto, secreto e universal.

O código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965); É o principal marco regulatório, dispondo sobre as regras gerais das eleições no Brasil.

O código Eleitoral (Lei nº 9,504/1997); Que normatiza aspectos específicos dos pleitos, como a propaganda eleitoral, o financiamento de campanhas e o processo de votação.

Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990); Define as condições de inelegibilidade, impedindo que o e candidatos que não cumpram determinados requisitos assumam cargos públicos.